

—NÚMERO 9/11—1981

A avaliação participativa no esporte não-formal em programa de massa

PROF. LAMARTINE P. COSTA
PROF. REINALDO L. ROCHA

A avaliação das atividades esportivas não formais ainda se encontra num estágio preliminar em termos de teoria e de operação. Segundo RISTO TELAMA⁽¹⁾, a avaliação do atingimento de objetivos neste tipo de atividades é consideravelmente mais difícil do que em qualquer outra área.

Em 1976, a UNESCO⁽²⁾ posicionou-se com respeito às atividades não formais no contexto da Educação Permanente (Lifelong Education/Education Permanent) e, desde então, algumas iniciativas de avaliação do não formal assumiram destaque como as da Campanha "Life be in it", na Austrália, da Campanha "Trim" na Alemanha Ocidental (ambas baseadas em pesquisa de opinião) e de LAAKSO⁽³⁾ na Finlândia.

Em 1977 foi lançada no Brasil a Campanha "Esporte para Todos" que originou alguns posicionamentos experimentais de avaliação do não formal. Nesses termos, o presente trabalho tem por objetivo sistematizar teoricamente um tipo de avaliação que denominaremos "participativa", especial para programas de massa orientados para o esporte não formal.

Definições

Podemos inicialmente definir o esporte não formal como a atividade que não requer vinculação formal do praticante. Este conceito ganha maior significado se considerarmos o esporte informal como o processo educativo que transcorre ao longo da vida de um indivíduo de forma permanente, consistindo na aquisição de habilidades, valores, desenvolvimento de atitudes e conhecimentos provenientes da vida diária através de influências educativas e recursos de seu próprio meio ambiente, provenientes da família, do trabalho, da recreação, dos meios de comunicação e em geral do ambiente social.

Essas definições, similarmente ao que ocorre nas demais atividades educacionais e culturais, são tentativas e aqui estabelecidas como proposição uma vez que foram adaptadas de padrões da UNESCO para a área educacional⁽⁴⁾.

Nessas circunstâncias, é importante ter em considerações que essas defi-

nições tem evoluído com grande diferenciação nos últimos anos embora a prática do esporte não formal — e sobretudo o informal — seja de simples entendimento e fácil percepção em comparação com a do formal, dada a condição natural das atividades não convencionais.

Por isso, como nos indica SRINIVASAN⁽⁵⁾, no quadro geral da educação não formal são convergentes as opiniões de que as conceituações são diversas mas as características das atividades são semelhantes por toda a parte. Em vista desta constatação PEREIRA DA COSTA⁽⁶⁾ propõe que o não formal seja "um processo educativo que relaciona as atividades esportivas aos hábitos cotidianos da vida, abrangendo qualquer pessoa, em qualquer idade e em qualquer oportunidade".

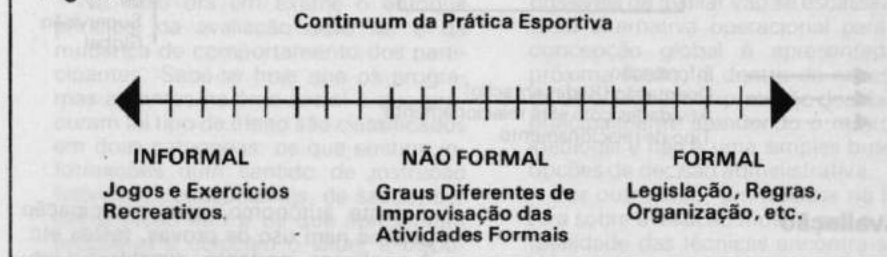
Uma informação de suporte para essa conclusão é nos dada por MCINTOSH⁽⁷⁾ em recente levantamento internacional sobre o movimento Esporte para Todos. Segundo este trabalho, a expressão

"Esporte para Todos" abrange diferentes formas de movimentos nacionais, privados ou governamentais, que usam títulos diferentes. Assim sendo, sugere o citado pesquisador que o critério de análise e de avaliação não seja uma denominação geral descritiva mas o artigo 1º do Manifesto Internacional de Educação Física e Esportes da UNESCO que propõe um alcance maior e mais acessível das atividades físicas.

Cabe realçar que a expressão Educação Permanente abrange conceitos do não formal, do informal e do próprio formal mas aqui evitamos o seu uso por sua excessiva abrangência e por constituir mais um termo geral de referência do que um conceito instrumental.

Para o presente trabalho adotaremos como base o esquema da figura 1 que posiciona num continuum o informal, o não formal e o formal caracterizando-se os seus aspectos essenciais referidos à atividade esportiva, em proveito de proposição de ROBERTO CUNHA (comunicação pessoal, 1981).

Figura 1



Campanha Esporte para Todos

Em 1977, tendo em vista a experiência em programas de massa na área de educação não formal (alfabetização, ação comunitária, autodidatismo, profissionalização, saúde etc) e informal (cultural, tecnologia popular etc), o então Departamento de Educação Física e Desportos (DED) do Ministério da Educação e Cultura, atribuiu à Fundação MOBREAL o desenvolvimento da Campanha Esporte para Todos.

Esta decisão foi também regulada pela abrangência nacional dos programas do MOBREAL assim como pela infraestrutura já montada com respeito ao suporte de divulgação a nível local.

Da mesma maneira que os demais programas do MOBREAL foram implantados, a rede de Supervisão do Movimento foi encarregada da mobilização da clientela e da adaptação ao nível local das características da Campanha. Para isso os supervisores foram treinados por multiplicação, ou seja, partindo-se de um treinamento no Rio de Janeiro

de um agente da Campanha por cada Estado e Território, alcançaram-se todos os participantes da rede em estágios sucessivos até o nível municipal. O apoio de informação para estes treinamentos foi realizado através de fita K-7, Manual do Supervisor, Documento Básico (informações gerais sobre a Campanha) e audio-visual.

A figura 2 apresenta o esquema de supervisão do MOBRL (SUSUG) onde os diferentes níveis possuem áreas de abrangência e tipos específicos de operação. O SE (Supervisor Estadual), por exemplo, relaciona-se com 10 SA (Supervisor de Área), atingindo por influência cerca de 40 Municípios (avaliação e orientação).

No último nível da rede ocorre o contato com a clientela, seja por um agente móvel (SA — Supervisor de Área = 1

por cada 4 Municípios) ou fixo (Encarregado de Supervisão = 1 para cada Município). Cada programa do MOBRL tem características próprias a partir deste nível, tanto por envolvimento de voluntários (Comissão Municipal do MOBRL, por exemplo) como de monitores gratificados por tarefas de tempo parcial.

Com relação à Campanha Esporte para Todos a opção incidu sobre o voluntariado, fazendo-se surgir o "Voluntário Esportivo", então proposto como "real agente da Campanha". Através desses líderes as propostas tomaram forma seja por envolvimento de entidades ou de pessoas. Entre 1977 e 1979, um total de 10.458 Voluntários Esportivos foram treinados em 2.772 Municípios, movimentando 9,7 milhões de pessoas em 62 tipos de promoções.

Essa experiência foi incorporada pela Campanha Esporte para Todos que pretendia a dimensão de programa de massa e o porte nacional, características somente possíveis de serem alcançadas através da descentralização e da autonomia de seus agentes e participantes. Daí a opção pela monitoria voluntariada, a mais adequada para adaptação e decodificação local das propostas da iniciativa.

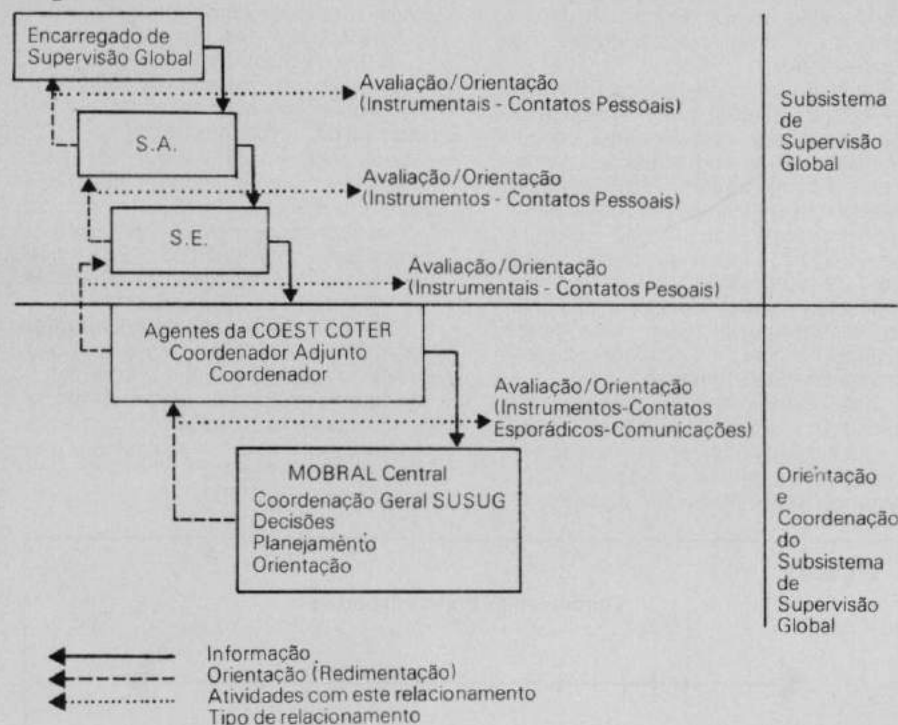
Assim sendo, os Voluntários Esportivos foram mobilizados e treinados dentro dos preceitos de orientação geral da Campanha (ideologia) e de regras simples de avaliação das promoções, eventos etc. Neste último nível a proposição básica era a de levantar erros após cada promoção a fim de que fosse incorporada a experiência num enfoque progressivo de avaliações sucessivas. O Documento Básico⁽¹⁾ da Campanha orientava a rede do MOBRL e os Voluntários Esportivos quanto a esses aspectos sempre sobre a forma de propostas. Esta última condição foi considerada essencial para resguardar a motivação dos agentes, elemento considerando mais importante a ser mantido do que o esforço a ser realizado para neutralizar os naturais desvios de iniciativas altamente descentralizadas.

A figura 3 mostra a concepção dos dois níveis de avaliação num esquema que incorpora os enfoques das informações em linguagem bastante acessível contidas no Documento Básico (filosofia, teoria, metodologia e prática), cabendo ressaltar que a ideologia e aí entendida como um conjunto de idéias-força que dá sentido a esses enfoques, referenciando-se para a prática. Por sua vez, a figura 4 reproduz o quadro dessas idéias-forças (decálogo) da Esporte para Todos, conforme a documentação original de 1977.

A Campanha foi desativada pelo Ministério da Educação e Cultura no final de 1978, após 20 meses de atuação, o que não permitiu observar em condições diretas e objetivas o funcionamento da alternativa de avaliação ora em exposição. Entretanto, indiretamente é possível obter algumas posições de referência, sendo a mais importante a proveniente do levantamento realizado pelo Centro Cultural do MOBRL em 1980, quanto à continuidade de promoções da Campanha nos 2.772 Municípios mobilizados.

⁽¹⁾ A expressão "ideologia" possui diversas interpretações, sendo a da transformação social no sentido utópico a mais conhecida; aqui o termo é usado na perspectiva de que cada organização possui um conjunto de idéias prevaletentes, algumas mais orientadas para a eficiência (as burocratizadas excessivamente) e outras para a eficácia (as não formais).

Figura 2



Avaliação

Adaptando-se à diretriz de descentralização e de autonomia na avaliação dos programas do MOBRL, a Campanha Esporte para Todos assumiu dois níveis de avaliação: (1º) orientação geral e (2º) promoções, eventos etc.

Tal concepção surgiu naturalmente em decorrência do funcionamento dos programas anteriormente lançados pelo MOBRL desde 1970. Na Alfabetização, por exemplo, era utilizado um decálogo com as condições mínimas que permitia considerar um aluno capaz de ler, escrever e fazer operações aritméticas simples. O alfabetizador no caso aplicava o decálogo de modo inte-

ramente autônomo, sem participação externa nem uso de provas, testes etc. A confiança, portanto, constituía a vinculação básica do MOBRL com seus monitores que eram mobilizados e treinados pelos supervisores e voluntários das Comissões Municipais em torno da programação de ideais humanísticos, isto é, da ideologia (*) do Movimento.

Com o desdobramento da Alfabetização em outros programas que lhe davam mais sentido social, cultural e comunitário, a ideologia cresceu em importância e misturou-se — e em alguns casos anulou — com a avaliação, criando um sentido místico de realização por parte dos monitores, supervisores etc.

Figura 3



Figura 4

1. Lazer

Orientar o tempo livre para a prática do esporte com prazer e alegria, voluntariamente e sem prejudicar outras possibilidades educacionais e culturais.

2. Saúde

Criar oportunidade de melhoria de saúde do povo, através de atividades físicas e recreativas adequadas às condições de cada comunidade.

3. Desenvolvimento comunitário

Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, bairro, região e município.

4. Integração social

Estimular a união e a solidariedade popular, com especial atenção à família, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.

5. Civismo

Reforçar o sentimento de povo, nacionalização e integração nacional.

6. Humanização das cidades

Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para maior conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.

7. Valorização da natureza

Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente nas crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios, lagos, etc.

8. Adesão à prática esportiva

Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar a prática de esportes e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.

9. Adesão ao esporte organizado

Motivar, por contágio de emoções da prática com grande número de participantes, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e de esporte em clubes e outras entidades.

10. Valorização do serviço à comunidade

Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos.

Nesta oportunidade constatou-se que cerca de 10% do total de Municípios que aderiram ao Esporte para Todos ainda organizavam eventos e promoções esportivas não formais após dois anos do desaparecimento da Campanha. Neste acompanhamento a posteriori observou-se que os Municípios ainda atuantes estavam dispersos em quase todos os Estados e Territórios, sem qualquer tendência à concentração em torno de cidades importantes, sejam capitais ou centros urbanos do interior.

Ainda em 1980, a pedido da UNESCO e através do Conselho Nacional de Desportos, foi realizado pelo MOBRAF um trabalho de identificação de organizações que atuavam na área do Esporte para Todos. Contabilizaram-se 32 entidades (governamentais e privadas) que realizavam promoções não formais em graus os mais diversos e com denominações próprias para o programa ou para a promoção.

Se levamos em conta que o objetivo geral da Campanha, conforme explicitado no Documento Básico, era "despertar a necessária consciência do povo brasileiro quanto ao lazer esportivo", houve efeito dignos de atenção embora não discerníveis quanto às suas proporções. Tendo em vista tais indícios um outro tipo de esforço foi assumido para fixar melhor a ideologia e incentivar a iniciativa descentralizada da promoção do esporte não formal: a criação da revista COMUNIDADE ESPORTIVA. Este veículo impresso na atualidade sintetiza as propostas originais da Campanha e publica informações produzidas pelos realizadores, procurando desenvolver o não formal através de exemplos e métodos descobertos pelos próprios participantes das atividades.

Discussão

No caso ora em exame o enfoque principal da avaliação deve ser o da mudança de comportamento dos participantes. Sabe-se hoje que os programas atuantes na área social e que procuram tal tipo de efeito são classificados em duas categorias: os que emitem informações num sentido de instrução (atividades educacionais, de saúde, de alimentação etc) e os que apresentam propostas e colocam o saber à disposição, procurando um envolvimento voluntário e consciente bem como evitando ruturas na cultura local.

A Campanha Esporte para Todos de 1977 foi organizada na segunda opção numa ênfase bem mais comunitária do que educacional embora estes dois aspectos não sejam dissociáveis na prática. Assim sendo, os resultados alcançados somente poderiam ser objetivamente avaliados a longo prazo usando-se, por exemplo, o método de acompanhamento dos praticantes.

O risco de desvio da observação direta e evolutiva dos praticantes incide no fato incontornável dos avaliados serem

sujeitos a diversas influências sobre o mesmo tema derivados de diversos veículos — principalmente os de massa — e de outras iniciativas semelhantes que visam a transformação social. No caso do esporte não formal tais distorções são hoje evidentes em razão da sociedade estar buscando por si só uma vivência esportiva no contexto do lazer. É possível que esta hipótese conduza a uma outra que indicaria a existência de Campanhas e outras iniciativas mais com efeito do que causa no inusitado crescimento das atividades esportivas não convencionais num grande número de países. Portanto o Esporte para Todos pode estar apenas reforçando uma tendência e não a criando como seus divulgadores propõe.

De qualquer modo o nosso esforço de análise pode ser orientado para os aspectos operacionais da avaliação na busca de posições teóricas que possam subsidiar empreendimentos não formais e a própria teoria da avaliação.

Em primeiro lugar é conveniente estabelecermos posicionamentos quanto à diferenciação entre a avaliação do formal e a do não formal. Se admitirmos que a avaliação genericamente é "uma análise em função de determinadas normas e critérios com o fim de eleger entre várias alternativas de ação futura" (definição da Organização Mundial da Saúde — OMS, vide referência 9) então a consistência da avaliação do não formal será dependente do número de variáveis que possam ser controladas, isto é, as formais envolvidas nos diferentes graus do não formal, observáveis segundo normas e critérios.

Reportando-nos ao esquema da figura 1, podemos assumir uma necessidade crescente de avaliações globais a medida que o continuum desloca-se no sentido do informal e as variáveis possíveis de avaliar vão se esgotando. Uma alternativa operacional para esta concepção global é apresentada na próxima seção, já dentro da necessidade de coleta e interpretação dos dados e principalmente atendendo o reforço da ideologia e não a uma simples busca de opções de decisão administrativa.

Por outro lado, um repasse na literatura sobre avaliação mostra que a quase totalidade das técnicas encontra-se em torno das proposições formais. Isto nos levou a concluir que a gradação da avaliação do não formal ocorre entre dois extremos: o totalmente global, próximo ao informal, e o específico de atividades formais. Intermediariamente encontraríamos combinações de avaliações globais com específicas, com a consistência dos resultados dependendo do número de variáveis formais envolvidas no processo.

Esta opção de duas perspectivas de avaliação foi a da Campanha Esporte para Todos embora não fosse evidente na época uma construção teórica com relação ao formal/não formal/informal

conforme o trabalho em pauta se baseia. Na proposição de 1977 o que vigorava era a concepção de sistemas formal e não formal como meios da Educação Permanente⁽⁶⁾. Em outros termos a interpretação formal e não formal era dicotômica e substantiva o que induzia a idéia de oposição. A proposição atual, por sua vez, é a de continuum e de adjetivação, dando margem a uma visão de proporções diferentes de formalidade e não formalidade ocorrendo num mesmo processo educativo.

Portanto, o uso do decálogo (global) e da avaliação de promoções (específica) foram estabelecidas intuitivamente numa busca de operacionalização e avaliação do sentido geral da Campanha (macro) e das promoções descentralizadas e autônomas (micro). Contudo se compararmos a visão de 1977 com a atual será válido concluir que ambas não se excluem e podem constituir um sistema único de avaliação conforme proposto na seção que se segue.

Proposições

(a) Enfoque de organização

A experiência da Campanha Esporte para Todos e dos programas do MOBRAL como um todo permitem admitir que uma entidade de educação não formal tem seu funcionamento apoiado mais sobre a ideologia do que sobre sua estrutura organizacional. Os dez anos de funcionamento do MOBRAL e os dois da Campanha mostraram que o único fator de integração num movimento que envolve uma grande diversidade de situações é o conjunto de ideais.

Efetivamente, o conjunto de idéias-força tem referenciado o trabalho autônomo e descentralizado que por si só oferece uma componente importante de motivação e de realização pessoal. A estrutura organizacional, no caso, é adequada quando limitada à viabilização das atividades sem transformar-se num fim em si próprio como normalmente acontece com as organizações excessivamente burocratizadas. Isto em termos de Administração significa dar ênfase à eficácia (atingimento de objetivos) em lugar da eficiência (processos administrativos).

Se a ideologia da organização é tão preponderante para a área das atividades não formais então é cabível assumir uma avaliação condizente com o envolvimento pessoal de cada participante, seja dos membros da organização ou de sua clientela. Tal tipo de avaliação pode ser chamada de "participativa", havendo aporte de opiniões sobre os resultados em confronto com as idéias-forças e em decorrência da coleta de informações nos diferentes níveis da organização.

A avaliação participativa foi concebida originalmente por PAULO FREIRE em 1972 em trabalho apresentado em Dar-es-Salaan (Tanzânia) conforme re-

gistro de H.S. BHOLA⁽¹⁰⁾. Nesta versão inicial segundo o último autor citado a tarefa do avaliador é envolver as pessoas atingidas pelas ações como avaliadores. O método implica necessariamente em diálogo e os avaliados-avaliadores procuram dialeticamente relações entre objetividade e subjetividade assim como tentam descobrir como percebem a si próprios. Em última análise, para o avaliador participativo a realidade não é restrita apenas aos fatos e aos objetos físicos mas inclui também as maneiras pelas quais as pessoas se envolvem com esses fatos e objetivos. Em decorrência disso a abordagem participativa assume uma concepção particular de conhecimento e não usa os métodos "científicos" e "objetivos" organizando-se a avaliação de modo próprio e natural.

Na versão ora proposta a avaliação participativa é feita também por monitores e agentes além da clientela, de modo a cobrir os diferentes níveis de atuação. Tal alternativa já foi ensaiada fragmentariamente pelo MOBRAL numa primeira instância entre 1973 e 1976 através de sua rede de supervisores (agentes principais dos programas inclusive da Campanha Esporte para Todos) mas não incluindo a clientela; numa segunda instância, em 1980, foi adotado o "planejamento participativo" que incluía consultas às comunidades sobre a adequação dos programas às necessidades locais.

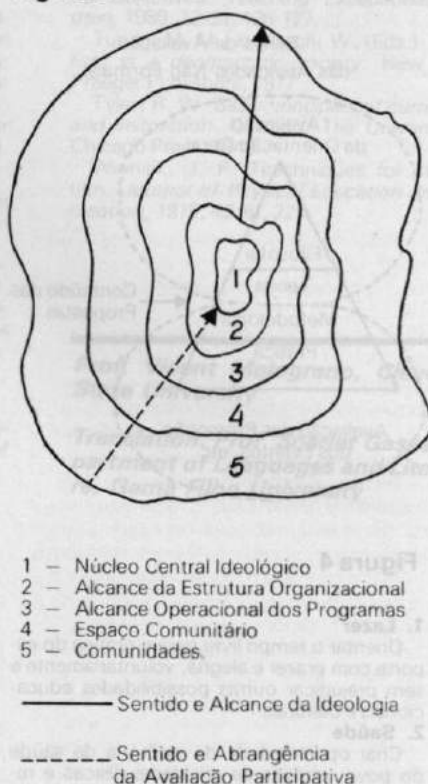
Nessas diferentes tentativas fragmentadas de avaliação e segundo a evolução da estrutura organizacional do MOBRAL⁽¹¹⁾ tomou forma a concepção que é apresentada na figura 5. Nesse esquema consolidamos a constatação de que a ideologia consegue permeiar todos os níveis da organização e das operações, atingindo as comunidades. Se a avaliação adotada fosse a mesma do formal sua abrangência iria ao nível 2 ou no máximo ao 3. Já a modalidade participativa consegue estar presente em todos os níveis por sua própria natureza.

A julgar esta concepção como verdadeira então seria evidente que uma organização não formal é mais eficaz se reduz a um mínimo sua estrutura em torno do núcleo central ideológico. Opostamente a isto, a avaliação necessita ter a maior abrangência possível uma vez que se conjugará com a ideologia, criando uma adaptação mútua.

(b) Enfoque da Operação

A avaliação global é uma tentativa científica de interrelacionar informações obtidas sobre resultados, recursos e mecanismos com aquelas referentes a objetivos do processo social em enfoque, de tal maneira que fiquem evidentes conclusões analíticas e explicativas que possam ser fornecidas, pelo avaliador,

Figura 5



para auxílio ao tomador de decisões quanto ao rumo do processo social.

A política de avaliação de um processo social baseado na participação por outro lado, deve tornar possível a verificação da hipótese de que "... em condições sócio-econômico normais, um processo de envolvimento comunitário com orientação para a discussão de problemas referentes à melhoria de suas condições de vida, proporciona aos indivíduos envolvidos os meios técnicos e intelectuais para a se tornarem agentes mais efetivos no processo de desenvolvimento comunitário e pessoal". Uma das necessidades a serem satisfeitas, a fim de se melhorar as condições de vida dos indivíduos, é a de prática do uso dos sentidos, de desenvolver a criatividade e a auto-expressão, o que a prática esportiva permite.

A avaliação dos programas sociais lançados contra a falta de participação social (absenteísmo social) exige, então, uma base de informações — ou seja, de dados coletados a partir de um sistema estatístico — que poderia ser composta inicialmente de cadastro dos programas, de suas atividades detalhadas, de uma medida de participação da comunidade e dos recursos (material, pessoal e finanças) alocados.

Do sistema de avaliação, portanto, deriva um sistema estatístico. Para a colocação em funcionamento do sistema de avaliação global é necessário que passos sejam exaustivamente ultrapassados. Estes passos são os seguintes:

⁽¹¹⁾ Para maiores esclarecimentos sugerimos consultar "Educação de Massa e Ação Comunitária", A.L. Correa — Editor, AGGS Editora, Rio de Janeiro, 1979, no capítulo referente à "Estrutura e Funcionamento do MOBRAL" de Lamartine P. Costa.

(a) escolher e definir os critérios de caracterização da realidade que supomos ser o processo social= sob observação. Aqui, reiteramos o posicionamento do Prof. Lamartine P. Costa, que define o esporte não formal como o processo educativo que transcorre ao longo da vida de um indivíduo de forma permanente, consistindo na aquisição de habilidades, valores, desenvolvimento de atitudes e conhecimentos provenientes da vida diária através de influências educativas e recursos de seu próprio meio ambiente, provenientes da família, do trabalho, da recreação, dos meios de comunicação e em geral do ambiente social. A visão sistêmica da avaliação do processo social é a exposta na figura 6.

(b) clarificar os objetivos do que se chama de processo social, definindo-se as áreas de atividades sociais ligadas à ação (segurança, bem estar, liberdade, identidade) e explicitando-se os programas ou projetos pelos quais é operacionalizado, chegando-se inclusive a listar as atividades constantes em cada programa. O objetivo mais geral de um processo social, normalmente, é o de estimular o crescimento da necessária consciência das clientelas quanto à participação prática comunitária, o que lhe permitiria a satisfação de suas necessidades e o atendimento a seus direitos. Este objetivo geral, por outro lado, conduz ao estabelecimento de diversos outros mais específicos, sempre referidos à diferentes áreas de atividades sociais como Lazer, Saúde, Integração e Participação Social, Valorização da Natureza, etc.

(c) fixar a política de avaliação, determinando quais as etapas que serão levadas adiante. Nesta etapa, é necessário que se tenha um posicionamento prévio da atenção para determinados aspectos que serão os interesses maiores do tomador de decisões, tais como: ideológicos, conceituais e teóricos, institucionais, jurídicos, organizacionais, financeiros, econômicos, sociológicos, promocionais, da pedagogia social, relativos a pessoal ou de cooperação internacional.

(d) estabelecer as consequências do processo social (benefícios ou prejuízos) de maior significação, que se pretende medir. No caso específico de processos sociais diversificados, com um sentido cultural, de envolvimento comunitário, de busca de identidade em relação a si ou a outros membros da sociedade, a visão ideológica cresce de importância e se mistura com a avaliação (aqui me refiro outra vez ao Prof. Lamartine P. Costa). Este é o traço, portanto, que deverá ser buscado nas atividades desenvolvidas antes, durante e depois do processo social enfocado, ou seja, até que ponto os objetivos específicos — representados em sua faceta ideológica — são encontrados na teoria formulada, nos métodos de trabalho local e na prática exercida.

(e) determinar indicadores que caracterizam o impacto do processo social sobre os componentes do processo (ambiente social de atuação, clientela e recursos, programas sociais e resultados).

(f) selecionar as entradas, transformações e ambientes que sejam importantes para o processo social.

(g) selecionar e desenvolver instrumentos e técnicas de coleta de dados, ou seja, montar uma sistemática de coleta de informações estatísticas, a nível local, de execução.

(h) determinar as necessidades de avaliação em termos de recursos financeiros, pessoal e equipamentos.

(i) organizar as tarefas e responsabilidades dentro de um esquema antes do início da avaliação, supondo-se que os recursos serão escassos.

(j) treinar a equipe de avaliação.

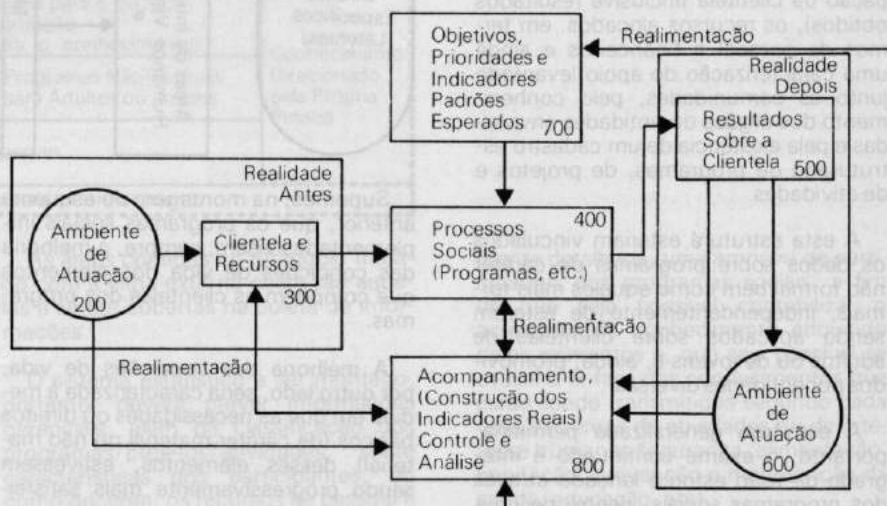
(l) lançar o processo de avaliação.

(m) coletar dados.

(n) analisar os dados, através tratamento estatístico.

(o) comparar as interpretações finais com os objetivos originais da avaliação.

Visão Sistêmica do Processo Social de Atuação Sobre Clientelas



(p) escrever o relatório final.

A visão sistêmica da avaliação global implica no entendimento dos seus fatores isolados que podem ser submetidos à observação, segundo o enfoque prioritário do tomador de decisões. Estes fatores são os seguintes:

(a) o ambiente de atuação (antes da ação do processo social).

(b) clientela e recursos mobilizados.

(c) processos de transmissão do conhecimento.

(d) resultados sobre a clientela.

(e) ambiente de atuação (depois da ação do processo social).

(f) objetivos, prioridades e indicadores — padrão esperados.

O sistema estatístico — derivado do sistema de avaliação — conteria, no mínimo, o cadastro dos programas, as suas (dos programas) atividades detalhadas e classificadas segundo uma taxonomia própria (no caso do programa de Esporte para Todos, por exemplo, são conhecidas mais de 60 formas de atividades), uma medida de participação da comunidade e os recursos (materiais, finanças e pessoal) alocados. A disponibilidade de tais informações permitiria a construção dos indicadores reais de resultados para que

fossem comparados com os indicadores — padrão esperados.

Este documento tenta, então, descrever uma sistemática para a coleta de dados sobre atividades, recursos e resultados relacionados com programas sociais. Os principais elementos desta sistemática são as definições de estruturas e os procedimentos a serem implantados e seguidos, na coleta de informações essenciais para a análise e avaliação de programas sociais, no nível local (municípios), de unidades federais, nacionais ou até mesmo internacional.

A sistemática considerada, entretanto, somente os dados que podem ser classificados como essenciais e que são práticos de serem coletados a nível nacional. Não cabem então, certas informações que seriam típicas de programas específicos de algumas regiões ou de entidades locais, nem sequer dados que poderiam ser úteis porém seriam difíceis de serem coletados.

A necessidade por informações estatísticas sobre a implantação de programas sociais, voltados para adultos ou para a população jovem, é expressa em vários relatórios resultantes de pesquisas e encontros nacionais.

A classificação padrão de Programas Educacionais

É importante, no entanto, dedicar atenção para o uso de metodologia para listar as várias atividades educacionais viabilizando, assim, o desenvolvimento de uma base referencial sólida e consistente para a coleta de informações sobre os programas sociais.

Há, atualmente, literatura especializada sobre uma estrutura de referência, para classificar e comparar os dados vinculados aos programas, o que facilita o planejamento e a avaliação destes programas.

As informações iniciais a serem coletadas, portanto, deveriam permitir a obtenção de uma medida da participação da clientela (inclusive resultados obtidos), os recursos alocados, em termos de pessoal e financeiros e ainda uma caracterização do apoio levantado junto às comunidades, pelo conhecimento dos órgãos ou entidades envolvidas e pela existência de um cadastro estruturado de programas, de projetos e de atividades.

A esta estrutura estariam vinculados os dados sobre programas de caráter não formal bem como aqueles mais formais, independentemente de estarem sendo aplicados sobre clientelas de adultos ou de jovens e, ainda, promovidos por entidades diversas.

A estrutura generalizada permitiria, portanto, o exame continuado e integrado de todo esforço lançado através dos programas sociais, dentro de uma política de desenvolvimento individual e social que ocorre durante toda a vida.

O atendimento às necessidades prioritárias das clientelas

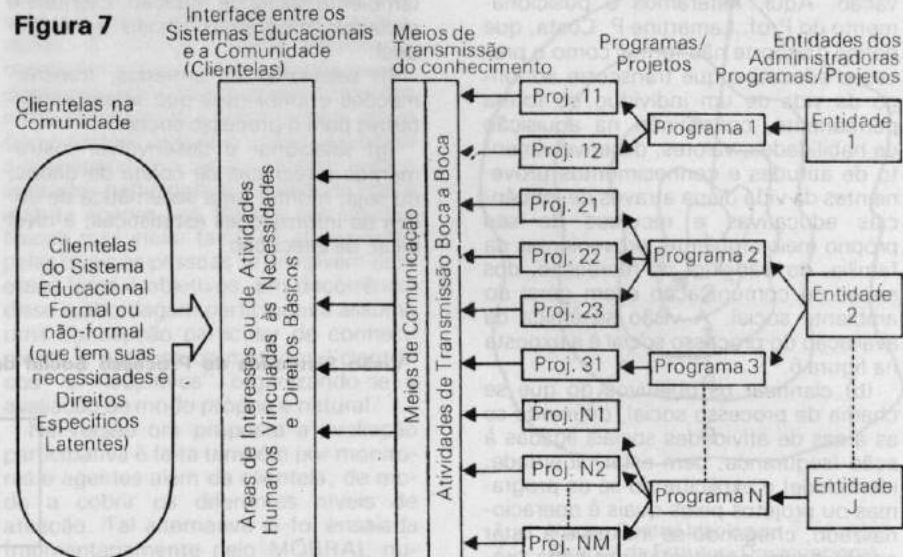
A sistemática de classificação, porém, isoladamente, não é suficiente para caracterizar a direção que o conjunto de programas está tomando, para a satisfação das necessidades e atendimento aos direitos básicos das pessoas que compõem as clientelas destes programas.

Desta forma, será necessário, ainda, vincular cada programa (ou projeto) em desenvolvimento às áreas de atividades ou de interesse humanos nas quais os programas atuam a fim de satisfazer aquelas necessidades e direitos humanos. Esta associação é efetuada, baseada no conteúdo predominante no programa/projeto/atividade e não pelo campo técnico do programa (cunho geral, alfabetização, humanidades, religião, ciências sociais, comércio e administração, etc.).

Apresentamos aqui, a hipótese de que a premissa ideológica fundamental do processo social, e que permanece em todos os programas educacionais, é

a de que ele visa o atendimento às necessidades prioritárias das clientelas, pela participação comunitária.

Esquemáticamente, veríamos os interrelacionamentos dos programas com as clientelas segundo o fluxo seguinte:



Supomos, na montagem do esquema anterior, que os programas sociais implementados visem, sempre, a melhoria das condições de vida dos elementos que compõem as clientelas dos programas.

A melhoria das condições de vida, por outro lado, seria caracterizada à medida em que as necessidades ou direitos básicos (de caráter material ou não material) desses elementos, estivessem sendo progressivamente mais satisfi-

tos ou atendidos demonstrando o aumento de sua (deles) participação social e gerando maior bem estar social comum.

O interface entre os sistemas educacionais (formais ou não formais) e a comunidade (clientela) pode ser expresso, então, na tabela que segue, onde as necessidades e direitos básicos das pessoas são relacionados com as áreas de atividades (ou vivência) ou de interesse humanos, dentro das quais os programas sociais atuam.

Área de Atividades e de Interesses Humanos Vinculados às Necessidades e aos Direitos Básicos das Pessoas					
Faixas Categorias	Categorias	Necessidades e direitos básicos		Áreas de atividade ou de interesses humanos vinculadas às necessidades e direitos básicos	
		Código	Descrição		
1 - Segurança	00 - Segurança individual	0000	Proteção individual contra acidentes, homicídios, etc.	01 - Segurança física individual	
	01 - Segurança coletiva	0100	Proteção coletiva contra ataques, guerra, etc.	02 - Segurança social	
	10 - Físico	1000	Necessidade de nutrição (alimentar), ar, água, sono.	03 - Alimentação e reconstrução orgânica	
		1001	Necessidade de movimento/ exercício;	04 - Destinação de restos humanos	
		1100	Proteção contra a incidência do tempo.	05 - Habitação e Vestuário	
	12 - Sócio cultural	1200	Direito à privacidade;	06 - Prevenção e manutenção da saúde	
2 - Liberdade	20 - De mobilidade	1201	Proteção contra doenças, manutenção da saúde (falta de higiene);	07 - Educação	
		1202	Capacidade de auto-expressão, de diálogo e de obter educação;	08 - Transporte	
		2000	Direito a se transportar (viajar);	09 - Comunicação e expressão	
	21 - De envolvimento político	2100	Direito a expressão e impressão;	10 - Conscientização individual e social	
		2101	Direito a formação de consciência;	11 - Participação política	
		2102	Direito de mobilização política;	12 - Participação em eleições	
	22 - De acesso a processos legais	2103	Direito de contradição;	13 - Cortes jurídicas.	
		2200	Direito de ter um processo legal devido;	14 - Trabalho e ocupação produtiva	
	23 - De trabalhar	2300	Direito a trabalhar;	15 - Planejamento familiar	
		2400	Direito a escolher a ocupação;	16 - Aculturação e recreação	
		2401	Direito a escolher outro companheiro;	17 - Desenvolvimento psicológico individual	
	24 - De escolha individual	2402	Direito a escolher lugar para viver;	18 - Unidade existencial	
3 - Identidade	30 - Em relação a si próprio	3000	Necessidade de auto-expressão, praticar o uso dos sentidos, de desenvolver a criatividade;	19 - Fé e ideologia	
		3001	Necessidade de atuação para si, realizando seus próprios potenciais;	20 - Amor	
		3002	Necessidade de se sentir bem, ter felicidade e alegria;	21 - Associativismo	
	31 - Em relação a outros	3003	Necessidade de um sentido de propósito, de significado da vida;	22 - Participação social	
		3100	Necessidade de afeto, amor, sexo, procriação e criação de descendentes;	23 - Natureza e universo	
		3200	Necessidade de posuir raízes, sentido de pertencimento a um grupo coletivo, de apoio e associação com outros seres humanos;		
	32 - Em relação à sociedade	3201	Necessidade de ser ativo, sujeito não passivo, cliente ou objeto, na relação com a sociedade;		
		3202	Necessidade de entender em que condições sociais a pessoa está inserida, para fins de se posicionar e progredir dentro da sociedade;		
		3203	Necessidade de desfrutar novas experiências sociais;		
	33 - Em relação à natureza	3300	Necessidade de algum tipo de associação com a natureza;		

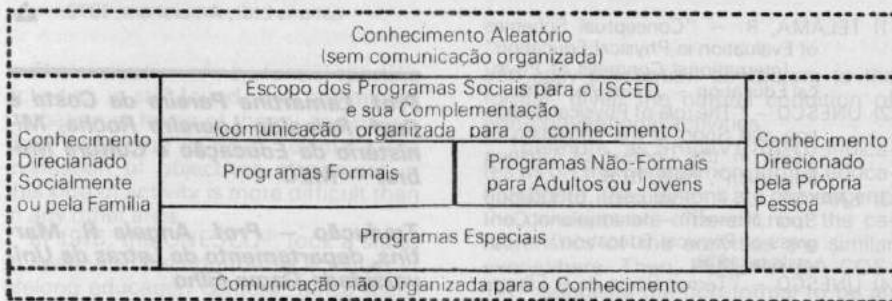
Sistema Estatístico de Coleta e Tratamento de Informações Sobre Programas Sociais

O referencial estruturado de atividades e sua complementação relacionando os programas a áreas de interesse (vivência) humano constituem uma estrutura de referência para a coleta e análise de informações estatísticas sobre programas sociais, mas não passam disso. É necessário que seja estabelecido um sistema estatístico eficiente para

receber de maneira uniforme os dados de várias regiões do Brasil, produzidos pelas diversas entidades que desenvolvem os programas sociais.

A fim de delimitar o escopo das considerações contidas neste documento, procuramos a seguir posicionar as áreas do conhecimento humano, segundo as diferentes formas de sua transmissão, que estarão cobertas pelo processo de coleta de informações sobre programas sociais, aqui mencionado:

Conhecimento Humano, Segundo as Formas de sua Transmissão



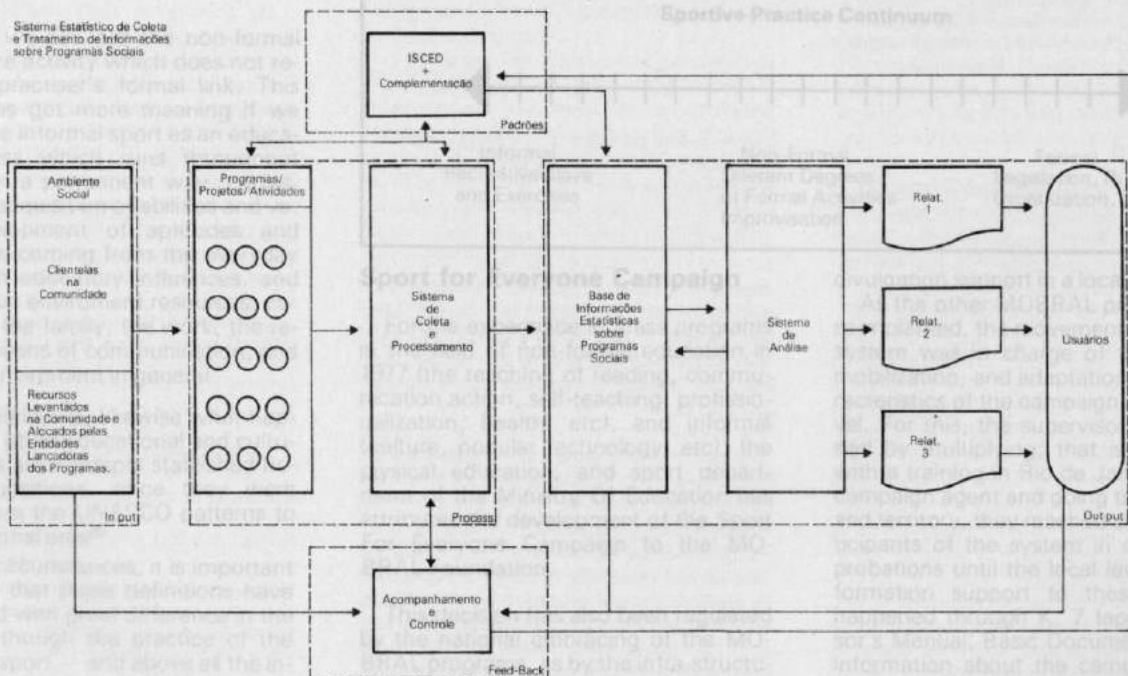
As áreas contidas no retângulo traçado com a linha externa cheia são aquelas a serem cobertas na coleta de informações.

O sistema estatístico a ser montado, portanto, deverá prever informações gerenciais, além da classificação dos programas/projetos/atividades, sobre características dos participantes, do corpo docente, os recursos de pessoal e financeiro e sobre a participação da comunidade.

O sistema estatístico deverá, também, identificar de forma perfeita-

mente detalhada, uma amostra de participantes dos programas sociais, a fim de que seja possível contabilizar o acréscimo de conhecimento adquirido pelos elementos e, que seja possível se avaliar a ênfase dos conhecimentos que estão sendo transmitidos segundo cada uma das áreas de atividades ou de interesse humanos (segurança, alimentação, habitação, prevenção e manutenção da saúde, educação, etc.).

Apresentamos, na figura 8, uma visão sistêmica do sistema estatístico de coleta de informações sobre programas sociais:



Aparecem, então, como entrada no sistema estatístico, as clientela, os recursos levantados na comunidade e alocados pelas entidades lançadoras dos programas sociais e as características do ambiente social onde se localizam as clientela.

O processamento do sistema estatístico é representado pelos procedimentos lançados pelos programas, projetos e atividades administrados pelas entidades e pela estrutura do sistema de coleta e processamento implantado.

As saídas do sistema serão um banco de dados estatísticos e relatórios úteis aos usuários, para reorientar a ação imediata e local, o planejamento em níveis mais altos (unidades federadas ou Brasil); a divulgação, o controle administrativo e a documentação dos processos técnicos desenvolvidos pelos programas.

Os padrões de referência são fornecidos pela estrutura de atividades complementada pela ligação dos programas sociais com o referencial de áreas de atividade (vivência) e interesse humanos.

O acompanhamento e o controle do sistema estatístico prevêem análises pa-

ra a garantia da coleta de *todas* as informações necessárias, do menor *prazo* de produção e coleta e da *boa qualidade* do preenchimento dos instrumentais.

A coleta de informações no nível nacional implica na existência de um fluxo (via formulário) bi-direcional entre o órgão nacional e os órgãos executivos locais (a nível de cada entidade). O fluxo deverá ser administrativo pelo órgão estatístico nacional, o qual deverá possuir representantes homólogos em níveis inferiores: unidade federada e município.

Referências

- (1) TELAMA, R. — "Conceptual Schemes of Evaluation in Physical Education" — International Congress of Physical Education — Jyväskylä, 1976.
- (2) UNESCO — "The role of Physical Education and Sport in the Education of Youth in the Context of Lifelong Education", Paris, 1976.
- (3) LAAKSO, L. — "Evaluation of Lifelong Sport Interest" — International Congress of Physical Education — Jyväskylä, 1976.
- (4) UNESCO — "Terminologia de la Educa-

cion de Adultos" — International Bureau of Education, 1977.

- (5) SRINIVASAN, L. — "Perspectives on now Formal Adult Learning" — World Education, New York, 1977.
- (6) PEREIRA DA COSTA, L. — "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa", Palestra Editora, Rio de Janeiro, 1981.
- (7) McINTOSH, P. — "Sport For all Programmes Throughout the World" — UNESCO-CIESP, 1980.
- (8) MOBIL — "Documento Básico Campanha Esporte para Todos", 1977.
- (9) OMS — Organização Mundial de Saúde — "Evaluation of Programas de Higiene del Medio" — Genebra, 1973.
- (10) BHOLA, H.S. — "Evaluating Functional Literacy", Hulton Educational Publications Ltd., Amersham, 1972. **Δ**

Prof. Lamartine Pereira da Costa e Prof. Reinaldo Loureiro Rocha, Ministério da Educação e Cultura Mobil — MEC

Tradução — Prof. Angela R. Martins, departamento de Letras da Universidade Gama Filho

O atendimento às necessidades prioritárias das clientela

A sistematização de classificação, porém, sozinha, não é suficiente para caracterizar a direção que o conjunto de programas está tomando, dada a variedade das ações locais e a importância dos dados que compõem as prioridades dos programas.

Desta forma, será necessário, para avaliar cada programa (ou projeto) em desenvolvimento, as áreas de interesse ou de interesse humano nos dados de programas atuais a fim de estabelecer aquelas necessidades e prioridades locais. Esta abordagem, portanto, baseada no conteúdo e no conteúdo no programa prioritário e não pelo campo de atuação (educação, saúde, trabalho, recreação, humanidades, religião, ciências sociais, economia e administração, etc.).

Apresentando, assim, a proposta de que a primeira dimensão fundamental do processo social, e que permanece em todos os programas educacionais, é

o interface entre os sistemas educacionais formais ou não formais e a comunidade (cliente) pode ser expresso, então, na tabela que segue, onde as necessidades e direitos básicos das pessoas são relacionados com as áreas de atividades ou vivência ou de interesse humano, dentro das quais os programas sociais atuam.

